

## **PEÇANHA, Nilo**

\* const. 1891; dep. fed. RJ 1891-1902; pres. RJ 1903-1906; vice-pres. Rep. 1906-1909; pres. Rep. 1909-1910; sen. RJ 1912; pres. RJ 1914-1917; cand. pres. Rep. 1922.

*Nilo Procópio Peçanha* nasceu em Campos, na então província do Rio de Janeiro, no dia 2 de outubro de 1867, filho de Sebastião de Sousa Peçanha e de Joaquina Anália de Sá Freire. Seu pai era padeiro, e sua mãe descendia de uma família importante na política norte-fluminense.

Fez os primeiros estudos em sua cidade natal e ingressou a seguir na Faculdade de Direito de São Paulo, mas bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Recife, em 1887. Iniciou-se na política ao se engajar nos movimentos abolicionista e republicano em Campos, onde ajudou a instalar o Partido Republicano após a fundação, em 13 de novembro de 1888, do Partido Republicano da Província do Rio de Janeiro.

### CONSTITUINTE E DEPUTADO FEDERAL

Com a proclamação da República em 15 de novembro de 1889, e a convocação de eleições para a Assembleia Nacional Constituinte em 15 de novembro 1890, candidatou-se a deputado pelo estado do Rio de Janeiro na chapa do Partido Republicano e foi eleito. Tomou posse em 15 de novembro seguinte, participou da elaboração da Constituição promulgada em 24 de fevereiro de 1891, bem como da eleição de Deodoro da Fonseca para presidente no dia 25, e, com o início da primeira legislatura ordinária em 15 de junho seguinte, passou a ocupar uma cadeira na Câmara dos Deputados, com mandato até dezembro de 1893.

Quando o presidente Deodoro da Fonseca fechou o Congresso em 3 de novembro de 1891, engajou-se na luta por seu afastamento – o que de fato ocorreu em 23 de novembro, quando Deodoro renunciou – e apoiou fortemente o governo de Floriano Peixoto, o vice-presidente que então assumiu o poder. Diante da agitação política que marcou o governo de Floriano (1891-1894), articulou-se com as principais lideranças republicanas para dar-lhe sustentação na repressão à Revolta da Armada, que eclodiu em setembro de 1893 na baía de Guanabara e obrigou a mudança da capital do estado do Rio de Niterói para Petrópolis. Sempre na legenda Partido Republicano Fluminense (PRF) – que apareceu pela primeira vez com essa denominação em 18 de abril de 1892 – foi reeleito deputado federal nas legislaturas 1894-1896 e 1897-1899. Em 1895 casou-se com Ana de Castro Belisário Soares de Sousa, descendente de uma tradicional família fluminense.

No governo de Prudente de Moraes (1894-1898) passou a militar no movimento jacobino do Rio de Janeiro. Engajou-se na oposição ao governo, e em novembro de 1897 foi

acusado, ainda que de forma indireta, de participar do atentado contra a vida do presidente. Em meio a um contexto de grande agitação política, buscou refúgio em Campos e só voltou à Câmara no ano seguinte, quando foi beneficiado pela anistia.

Nos primeiros anos da República, Nilo Peçanha dedicou-se fundamentalmente a fazer política no Distrito Federal, afastando-se das questões internas fluminenses. No entanto, a partir de 1898, voltou-se novamente para elas, num momento em que o estado do Rio atravessava grandes dificuldades, não só no terreno econômico-financeiro, mas também no campo político. Com a eleição de Alberto Torres para a presidência do estado em 1897, as divergências entre os republicanos históricos e os ex-monarquistas liderados por Paulino Soares de Sousa, o conselheiro Paulino, delinearam-se de maneira mais clara, provocando uma cisão no seio do PRF. Na ocasião, Nilo associou-se a Alberto Torres e a seus seguidores, um expressivo grupo de políticos de Petrópolis liderado por Homogêneo Silva e de antigos opositores de Niterói ligados ao ex-governador Francisco Portela. De sua aliança com Alberto Torres fundou-se, em 23 de julho de 1899, o Partido Republicano do Rio de Janeiro (PRRJ). Foi nessa legenda que Nilo foi mais uma vez eleito deputado federal, em dezembro de 1899, para a legislatura 1900-1902.

A partir de 1899, Nilo Peçanha, Alberto Torres e as demais lideranças do recém-fundado PRRJ buscaram implementar propostas para minimizar a grave crise econômica que assolava o estado desde o final do Império, decorrente das dificuldades da lavoura cafeeira. O encarecimento dos custos da produção, somado à queda dos preços do café, havia feito com que o estado do Rio de Janeiro perdesse espaço para São Paulo. Entre as novas propostas apresentadas para vencer a crise, incluíam-se o parcelamento da grande propriedade, o melhor aproveitamento da mão de obra nacional, a supressão de órgãos da administração, a contenção dos gastos públicos, o corte de pessoal, a ampliação da receita e a criação do imposto territorial rural. Apesar do empenho em superar as dificuldades, os resultados obtidos foram bastante limitados.

A crise fluminense iria ser equacionada graças à interferência fundamental de Nilo Peçanha, que, visando a contornar os conflitos, sugeriu a Campos Sales, então presidente da República (1898-1902), o nome do republicano histórico Quintino Bocaiúva, figura de grande expressão e capaz de construir um consenso, para presidente do estado do Rio na sucessão de Alberto Torres. Aceita a proposição, Quintino logo angariou apoio nas hostes fluminenses e foi eleito. Empossado em 31 de dezembro de 1900, tinha uma dupla tarefa, a de solucionar a crise econômica e a de pacificar o estado. Mais uma vez Nilo Peçanha desempenhou um papel-chave, ocupando-se de resolver os problemas mais prementes e de preparar o terreno para sua própria candidatura à sucessão de Quintino. Tratava-se de

enfraquecer as possíveis oposições provocadas pela volta da capital de Petrópolis para Niterói e de realizar uma reforma constitucional que fortalecesse o Executivo estadual.

#### PRIMEIRO GOVERNO NO ESTADO DO RIO

Como aliado de Campos Sales e defensor na Câmara da “política dos governadores”, Nilo Peçanha foi extremamente bem-sucedido em suas articulações, e em 31 de dezembro de 1903 foi empossado como presidente do estado do Rio de Janeiro. A partir de então, dedicou-se à montagem de uma máquina política que lhe garantiria um longo período no poder. Conquistou grande autonomia na tomada de decisões, pois havia neutralizado completamente as oposições, e não havia predominância de um setor específico como base de apoio a seu governo, que recebeu adesões através da cooptação ou, se necessário, da coerção.

Nilo voltou suas diretrizes e decisões de política econômica essencialmente para a diversificação da agricultura, mas não deixou de apoiar a cafeicultura. Além de um rigoroso programa de saneamento das finanças públicas que visava a reduzir os gastos do estado e ampliar a receita através de modificações no sistema tributário, implementou um conjunto de medidas destinadas a incentivar a produção agrícola. Ainda que fizesse restrições à política de valorização do café, participou, juntamente com os presidentes do estado de São Paulo, Jorge Tibiriçá (1904-1908), e de Minas Gerais, Francisco Sales (1902-1906), do Convênio de Taubaté, firmado no dia 26 de fevereiro de 1906 na cidade paulista de Taubaté. O convênio estabeleceu as bases de uma política conjunta daqueles estados de valorização da economia cafeeira.

Nilo promoveu também uma reforma urbana em Niterói, com o alargamento de ruas e avenidas, a reconstrução da Câmara Municipal, a organização do horto, a compra do palácio do Ingá, onde instalou a sede do governo, a inauguração do Teatro João Caetano (atual Teatro Municipal de Niterói), a criação do centro de serviços municipais, a substituição do sistema de gás pela eletrificação da cidade, a introdução do sistema de bondes elétricos e a modernização da travessia marítima. Buscou enfatizar políticas que incentivassem a implantação de indústrias, pois acreditava-se que a reforma do estado deveria se dar através de princípios cientificistas, refletidos nos projetos e ações de saneamento e eletrificação da Baixada Fluminense – tal orientação estaria presente em todos os seus governos, até mesmo quando assumiu a presidência da República. No campo da educação, deu atenção à educação profissionalizante e criou, em setembro de 1906, as primeiras escolas técnicas do estado.

Também na esfera federal Nilo Peçanha ganhou expressão, transformando-se numa liderança nacional. O sucesso de sua atuação à frente do governo estadual permitiu que

buscasse novas articulações políticas. Assim, em 1904, tentou promover um Congresso dos Governadores que iria reunir governantes de 17 estados brasileiros, para discutir questões econômicas e administrativas. Ainda que a iniciativa não se tenha concretizado, ficou demonstrada a estratégia de Nilo para conquistar posições na cena nacional. Em diversos momentos firmou acordos, articulou-se, e até mesmo submeteu-se às oligarquias mineiras e paulistas, mas isto não impediu que sua posição e a de seu grupo divergissem das orientações traçadas por Minas Gerais e São Paulo. Evidenciaram-se assim tentativas de aproximação com os estados da Bahia e de Pernambuco e, em certos episódios, até mesmo com o Rio Grande do Sul, buscando apoio para seu projeto político nacional.

#### NA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Como desdobramento de sua projeção no cenário nacional, em 1906 Nilo Peçanha foi indicado para concorrer a vice-presidente da República na chapa do mineiro Afonso Pena. Seu nome, sustentado pelas articulações do senador gaúcho Pinheiro Machado, ganhou densidade em virtude de suas tradições republicanas, numa chapa em que o nome principal era o de um antigo monarquista. Eleitos ambos em março de 1906, Nilo transmitiu o governo fluminense ao primeiro vice-presidente Oliveira Botelho em 1º de novembro e tomou posse na vice-presidência da República no dia 15 de novembro. A partir de então ficaria bastante isolado e ameaçado de perder sua liderança na política fluminense, já que seu sucessor, Alfredo Backer, empossado em 31 de dezembro e apoiado por Afonso Pena, rebelou-se contra suas orientações e marginalizou seus principais aliados.

Entretanto, com a morte de Afonso Pena em junho de 1909, Nilo assumiu a presidência, que exerceria por 17 meses, até o fim do quadriênio, em novembro de 1910. No novo posto, procurou implementar algumas medidas que expressavam sua crença na diversificação da produção. De acordo com essa orientação, criou o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, cuja meta era modernizar o Brasil através da atualização do setor agrário, tendo como base o conhecimento científico. Ainda com essa perspectiva criou Escolas de Aprendizes Artífices (EAA), dando início ao desenvolvimento do ensino técnico no país. Também o setor industrial mereceu sua atenção. O capital investido na indústria passou de 12,4% para 18,5%, e chegou-se a um total de aproximadamente 3.424 empresas no território nacional. Nilo via no desenvolvimento econômico a base material para o pleno exercício do regime republicano, e por isso defendeu o quanto pôde as forças de produção, que considerava fatores propulsores da riqueza nacional. Ainda que, durante seu governo no estado do Rio, tivesse defendido uma política de controle de gastos e saneamento financeiro, na presidência da República sustentou que a emissão de papel-moeda e a elevação dos impostos de importação poderiam ser um impulso para o parque

manufatureiro nacional. Visando à implantação de uma siderúrgica nacional, buscou atrair capitais. Contribuiu, enfim, para a consolidação de uma infraestrutura capaz de assegurar o tão almejado desenvolvimento econômico, característico da real independência do país.

Uma das questões a que se dedicou foi a resolução dos problemas concernentes à abertura e à ampliação das estradas de ferro. Reorganizou e ampliou a rede ferroviária da Bahia, levando suas linhas a novas regiões do próprio estado e a Minas Gerais, ampliou as estradas da Paraíba, Pernambuco e Alagoas, e construiu a rede do Paraná e de Santa Catarina, ligando-a à rede do Rio Grande do Sul. Também o estado do Rio foi beneficiado pelo aumento do número de linhas férreas.

Através do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, foram fundados diversos serviços que considerava essenciais para seu projeto de desenvolvimento nacional. Entre eles estavam o Serviço de Inspeção Agrícola, a Diretoria da Indústria Animal (destinada, principalmente, a vulgarizar os processos modernos da indústria de laticínios e a promover a organização de cooperativas para a fabricação de manteiga e queijo, além de realizar o estudo experimental da alimentação do gado), a Diretoria de Meteorologia e Astronomia, o Serviço de Publicações e Biblioteca, o Serviço de Distribuição de Plantas e Sementes, e o Serviço de Consultas e o Serviço de Inspeção, Estatística e Defesa Agrícola.

Nilo buscou também realizar algumas reformas nas forças armadas. Houve, assim, um incremento das linhas de tiro, que proporcionavam treinamento militar a todos os cidadãos, tornando-os soldados sem necessariamente tirá-los do trabalho e/ou de casa para o quartel. Com isso, pretendia aumentar o potencial militar do Brasil e integrar todos os cidadãos na tarefa da defesa nacional. Também nessa época foi criado o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), que teve como primeiro presidente o então general Cândido Rondon.

Embora tenha governado por um período relativamente curto, Nilo Peçanha proporcionou o crescimento de diversos setores de atividade: decretou a reforma dos Correios e Telégrafos, reduziu as taxas postais e construiu 1.556 quilômetros de linhas telegráficas; abriu uma linha de navegação entre o Rio de Janeiro e Lisboa; modernizou o fornecimento de luz elétrica às ruas do Rio de Janeiro, como, em 1905, havia feito em Niterói, reduzindo as taxas para o consumo de energia pelo público. Iniciou também as obras de saneamento da Baixada Fluminense; promoveu a desobstrução e a drenagem de vários rios que desembocam na baía de Guanabara; restaurou o parque da Quinta da Boa Vista; iniciou as obras da lagoa Rodrigo de Freitas e construiu o Sanatório Naval de Friburgo. Criou a Bolsa de Corretores, e ainda em 1909 determinou o pagamento antecipado das dívidas externas, quando estas só expirariam em 1911, recuperando assim certa independência financeira para o Brasil, o que por sua vez representou uma posição vantajosa para a negociação de novos empréstimos.

Ao se aproximar a sucessão presidencial prevista para 1910, a agitação política cresceu, colocando em campos opostos os principais grupos oligárquicos regionais. De um lado, liderados por São Paulo, posicionaram-se os estados que apoiavam a candidatura de Rui Barbosa; de outro, ficaram Minas Gerais e Rio Grande do Sul, apoiando o nome de Hermes da Fonseca. As forças ruístas desencadearam a Campanha Civilista, no intuito de combater o militarismo hermetista. No estado do Rio, porém, as forças nilistas apoiaram Hermes da Fonseca, afinal eleito presidente da República, e garantiram a eleição de seu candidato, Oliveira Botelho, para o governo fluminense.

Após ter passado a presidência para Hermes da Fonseca em 15 de novembro de 1910, Nilo Peçanha viajou em 1911 para a Europa e lá permaneceu um ano. Em 1912 voltou ao Brasil já eleito senador pelo estado do Rio e escolhido presidente do Partido Republicano Conservador Fluminense (PRCF). O PRC, criado por Pinheiro Machado em 1910, visava a promover a união da oligarquias dominantes e dos militares numa agremiação política de caráter nacional que, sob sua direção, apoiaria o governo de Hermes da Fonseca. Nilo Peçanha se engajou nessa articulação, mas sua aliança com Pinheiro Machado não foi duradoura. A interferência federal, seja através de Hermes da Fonseca, seja através de Pinheiro Machado, nos negócios internos fluminenses acabaria por promover uma nova cisão no grupo nilista e sua ruptura com as lideranças do PRC.

As divergências aumentaram em 1913, quando da escolha do candidato à sucessão presidencial em 1914. Enquanto Hermes da Fonseca, Pinheiro Machado e Oliveira Botelho apoiaram a candidatura do então vice-presidente da República, o mineiro Venceslau Brás, Nilo mostrou-se neutro. A tentativa de atuar como uma força política independente iria lançá-lo contra o governo federal, terminando por levá-lo ao isolamento e a dificuldades na manutenção de seu domínio na política fluminense.

## SEGUNDO GOVERNO NO ESTADO RIO

Em 1914, Nilo Peçanha enfrentava portanto momentos difíceis: sem aliados na esfera federal, e traído pelos correligionários em seu estado natal, parecia que sua carreira estava esgotada. Mas ainda não seria dessa vez que perderia definitivamente o controle do estado do Rio. Embora sem contar com o apoio dos governos federal e estadual, que apresentaram a candidatura do então prefeito de Niterói, Feliciano Sodré, à presidência estadual, teve seu nome lançado para presidente do estado por parcelas do PRCF. A disputa eleitoral foi extremamente acirrada, contrariando a prática usual na Primeira República, quando as oposições, diante de poucas chances de vitória, aderiam à situação dominante. Com uma campanha voltada para a defesa da autonomia fluminense, Nilo percorreu todo o estado fazendo comícios e passeatas nos diferentes municípios, inovando na forma de fazer

política. O resultado foi sua eleição para presidente do estado.

Sua posse em 31 de dezembro de 1914, contudo, não se efetivou sem contestações. A facção política liderada por seu ex-aliado Oliveira Botelho, e apoiada por Pinheiro Machado, não acatou sua vitória e considerou eleito Feliciano Sodré, instaurando uma duplicidade de poderes e reivindicando a intervenção federal. Esse processo perdurou durante todo ao ano de 1915, tendo ficado conhecido como “O caso do Estado do Rio”. Contudo, o interesse do presidente Venceslau Brás (1914-1918) em esvaziar o poder de Pinheiro Machado e em controlar a política fluminense acabou por enfraquecer o líder gaúcho e as pretensões dos opositores de Nilo. O desfecho dessa longa disputa permitiu assim a consolidação do poder nilista.

Durante seu segundo mandato como presidente do estado do Rio, Nilo Peçanha colocou em prática um programa pouco popular de reequilíbrio orçamentário, reduzindo os cargos públicos e as repartições. Além disso, elevou os impostos estaduais e suspendeu verbas na área da saúde, da educação e da infraestrutura. Ao mesmo tempo, manteve-se fiel às ideias agraristas, através da implementação de um programa de incentivo à lavoura, de diversificação agrícola e de divisão das terras em pequenas propriedades.

Nilo Peçanha não concluiu, porém, seu mandato. Em 7 de maio de 1917 renunciou ao cargo de presidente estadual para, a convite de Venceslau Brás, assumir o Ministério das Relações Exteriores no lugar de Lauro Müller. O fato mais marcante registrado durante sua passagem por essa pasta foi a declaração de guerra do Brasil à Alemanha no dia 26 de outubro desse ano. Em 1918, foi novamente eleito senador.

#### A CAMPANHA DA REAÇÃO REPUBLICANA

Depois de deixar o ministério ao final do governo Venceslau Brás, em 15 de novembro de 1918, no qual foi sucedido por Domício da Gama, Nilo Peçanha partiu em viagem pela Europa, de onde só retornaria em junho de 1921. Durante o período em que esteve fora, acompanhou de longe a política fluminense e nacional. Na disputa pela presidência da República entre Epitácio Pessoa e Rui Barbosa, em 1919, apoiou fortemente o político baiano, que afinal foi derrotado. Ainda assim, sua posição na política fluminense manteve-se inalterada, através do controle do governo do nilista Raul Veiga (1919-1922).

A sucessão de Epitácio Pessoa, em 1922, revestiu-se de um caráter peculiar, já que pela primeira vez o confronto entre os grandes estados e os estados intermediários se colocou claramente numa disputa sucessória, revelando as tensões regionais interoligárquicas e desnudando as contradições do federalismo brasileiro. O confronto assumiu sua forma plena através da formação da Reação Republicana, em junho de 1921, movimento que lançou a chapa formada por Nilo Peçanha e J. J. Seabra em oposição à candidatura oficial

de Artur Bernardes. Enquanto Bernardes contava com o apoio de Minas Gerais, São Paulo e pequenos estados, em torno da Reação Republicana uniram-se o estado do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e Distrito Federal, tentando construir um eixo alternativo de poder.

Os pontos básicos do manifesto de lançamento da Reação Republicana eram a crítica ao processo adotado pelos grandes estados para a escolha do candidato à presidência, a reivindicação de maior autonomia para o Legislativo frente ao Executivo e a exigência de maior credibilidade para as Forças Armadas, que, no governo de Epitácio Pessoa, haviam sido afastadas da chefia das pastas militares. Do ponto de vista econômico, o documento defendia princípios financeiros ortodoxos e elegia o equilíbrio do orçamento federal e cambial como questões centrais. Colocadas de maneira vaga no manifesto de lançamento, essas idéias foram assumindo contornos mais nítidos ao longo da campanha eleitoral.

Em seu primeiro discurso já como candidato, Nilo definiu a Reação Republicana como um movimento “de defesa dos princípios republicanos”, organizado para que as “decisões políticas nacionais saiam do terreno das convergências regionais para horizontes mais iluminados de crítica e liberdade, e que do choque das ideias postas a serviço da emancipação política dos estados se possa caminhar para a formação de partidos que serão a alma da República”. Partindo desses pontos de vista, Nilo aprofundava as críticas ao funcionamento do regime federalista, que beneficiava os grandes estados em detrimento dos demais, chamava a atenção para a importância da institucionalização dos partidos e já anunciava suas preocupações com a situação de desprestígio que vinham enfrentando os militares.

Entre 24 de junho de 1921 e 1º de março de 1922, Nilo percorreu todo o país em uma crescente e moderna campanha política que contava, além das viagens, com forte propaganda, comícios, faixas e distribuição de brindes, e por isso mesmo ganhou grande repercussão em todos os jornais. Entretanto, dentro dos padrões políticos vigentes na Primeira República, ser candidato da oposição significava enfrentar todo tipo de dificuldade. As regras de funcionamento da política dos governadores garantiam a perpetuação das situações no poder, e a sorte das candidaturas oposicionistas parecia já estar traçada antes mesmo da disputa eleitoral. Ainda assim, as forças dissidentes acreditavam dispor de um espaço considerável para neutralizar as dificuldades. O nome de Bernardes encontrava ampla resistência em diversos setores e estados, e isso seria suficiente, na sua concepção, para quebrar a regra clássica de funcionamento da política oligárquica. A Reação Republicana acreditava poder equacionar esse desafio através do uso de diferentes estratégias: a cooptação de chefes políticos municipais e estaduais descontentes com as forças bernardistas, a propaganda eleitoral e a busca de apoio militar.

A despeito das diferentes práticas adotadas visando a ampliar as possibilidades de vitória da chapa da Reação Republicana, o desenrolar da campanha sucessória e a aproximação de pleito evidenciavam os limites dessas estratégias. A cooptação dos elementos dissidentes não era fácil de ser efetivada, e muitas adesões esperadas não se concretizaram. As práticas políticas vigentes na Primeira República, baseadas no compromisso coronelista, implicavam uma postura de reciprocidade em que cada parte tinha algo a oferecer. No caso da Reação Republicana, poucos eram os trunfos que podiam ser usados para obter o apoio eleitoral dos oligarcas e coronéis do interior, já que a máquina federal não podia ser usada na distribuição de privilégios e favores. Ainda que sem abrir mão dessas iniciativas, tornava-se fundamental contar com alternativas mais eficazes: era preciso encontrar um novo parceiro político capaz de antepor-se às oligarquias dominantes. Os militares eram o segmento ideal.

Os conflitos entre os militares e o governo federal já haviam marcado vários momentos da política republicana. A posse de Epitácio Pessoa e a posterior escolha de civis para ocupar as pastas militares durante seu governo só fizeram aumentar as dificuldades. O retorno de Hermes da Fonseca da Europa em novembro de 1920 recrudescer os antagonismos, e sua eleição para presidente do Clube Militar em 1921 abriu novas articulações em torno de seu nome, que chegou a ser cogitado para a sucessão presidencial. A não concretização de sua candidatura veio aumentar ainda mais a insatisfação dos militares, o que os tornava aliados em potencial das oligarquias dissidentes. De fato, desde o lançamento do manifesto da Reação Republicana no Rio de Janeiro ficaram claras as preocupações em obter uma aproximação com os militares, através da crítica à posição secundária que lhes vinha sendo atribuída pelo governo federal. Também nos estados a campanha eleitoral procurou a adesão e a simpatia dos elementos militares distribuídos pelas várias regiões.

O arquivo de Nilo Peçanha traz informações significativas acerca de suas ligações com os militares ao longo de todo o segundo semestre de 1921. São inúmeras as cartas de militares provenientes de diferentes estados do país declarando seu apoio a Nilo e relatando suas iniciativas para a criação de comitês eleitorais. A imprensa nilista também fazia questão de enfatizar o apoio dos militares ao candidato opositor, como demonstra a notícia publicada em novembro de 1921 por *O Imparcial*: “Nilo Peçanha desce de bordo do *Iris* nos braços de um general e de um almirante – o Exército e a Armada se confraternizam com o povo para glorificar o grande líder democrático.” O ponto culminante desse processo de aproximação se deu com o episódio das chamadas “cartas falsas”, supostamente enviadas por Bernardes a Raul Soares, contendo referências desrespeitosas aos militares. A publicação desses documentos pelo *Correio da Manhã* visava claramente a incompatibilizar o candidato situacionista com os militares e envolver definitivamente estes

últimos na causa dissidente.

#### A DERROTA DA REAÇÃO REPUBLICANA E A REVOLTA DE 5 DE JULHO DE 1922

A despeito do clima de intensa agitação política que marcou os primeiros meses de 1922, as eleições presidenciais realizaram-se na data prevista, em 1º de março. Os resultados eleitorais, controlados pela máquina oficial, deram a vitória a Bernardes, com 446 mil votos contra 317 mil de Nilo Peçanha. Mais uma vez o esquema eleitoral vigente na Primeira República funcionou para garantir a posição do candidato oficial. Diferentemente dos pleitos anteriores, porém, não houve uma aceitação dos resultados eleitorais pela oposição. A Reação Republicana não reconheceu a derrota e, além de reivindicar a criação de um Tribunal de Honra que arbitrasse o processo eleitoral, desencadeou uma campanha visando, de um lado, a manter a mobilização popular e, de outro, a aprofundar o acirramento dos ânimos militares.

Ao longo de todo o primeiro semestre de 1922, e em especial após as eleições, a imprensa pró-Nilo assumiu uma postura panfletária, denunciando diariamente as punições e transferências sofridas pelos militares antibernardistas. Além de fazer esse tipo de denúncia, as lideranças da Reação Republicana radicalizavam suas posições, abrindo espaço para a possibilidade de intervenção armada na decisão do conflito político. Nesse clima de intensa agitação, os militares começaram a passar do protesto à rebeldia e a intervir de fato em disputas políticas locais em favor de seus aliados civis, como aconteceu no Maranhão. Paralelamente, começavam a aparecer os primeiros sinais de tentativas de levantes no Distrito Federal e em Niterói.

As lideranças políticas de Minas e São Paulo não se deixaram entretanto intimidar diante das declarações alarmistas dos militares sobre a ameaça de revolta das tropas, e nem a idéia do Tribunal de Honra nem a proposta conciliadora de Eptácio foram consideradas. Em conformidade com essa orientação, ao ser realizada em maio de 1922 a eleição para a mesa da Câmara dos Deputados e para as diversas comissões parlamentares, foram excluídos todos os deputados dissidentes. A disposição clara das forças bernardistas de não fazer nenhum tipo de negociação conduziu a uma radicalização maior das correntes oposicionistas. Com o afastamento de seus partidários de todas as comissões da Câmara e dos trabalhos de reconhecimento eleitoral, Nilo Peçanha e J. J. Seabra lançaram um manifesto que declarava: “A dissidência retira-se do Congresso e só a este caberá a responsabilidade do que acontecer de hoje em diante.” Totalmente marginalizadas no cenário político nacional e sem nenhuma possibilidade de acordo, as forças dissidentes não tinham outra alternativa senão o aprofundamento das relações com os militares.

As possibilidades de subversão da ordem e de intervenção militar tornavam-se por sua vez cada vez mais concretas. Ainda em meados de maio, Dantas Barreto, já suspeitando da crise que iria eclodir em Pernambuco, telegrafou a Nilo declarando: “Tribunal de Honra ou revolução.” A rebelião eclodiu finalmente em 5 de julho de 1922 e contou com a participação das guarnições de Campo Grande, Niterói e Distrito Federal. A tentativa de revolta fracassou desde o começo, sendo logo sufocada pelas forças federais. O movimento não obteve a adesão de segmentos militares expressivos, e as oligarquias dissidentes, que tanto haviam contribuído para acirrar os ânimos militares, não se dispuseram a um engajamento mais efetivo. Epiácio Pessoa pediu imediatamente a decretação do estado de sítio no estado do Rio e no Distrito Federal, e grande número de deputados dissidentes do Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco votaram a favor da medida, demonstrando o recuo das oligarquias e a desarticulação completa da Reação Republicana. Nos meses seguintes, a repressão desencadeada pelo governo fortalecido de Epiácio Pessoa determinou várias prisões e instaurou vários processos. Embora arrolado no inquérito policial como envolvido na revolta, Nilo Peçanha não teve as acusações comprovadas. Mas numerosos políticos fluminenses e jornalistas foram presos e processados.

Por ocasião da posse de Bernardes, em 15 de novembro de 1922, Nilo Peçanha voltaria a se pronunciar publicamente, lançando um manifesto à nação. Esse documento, além de resumir os pontos básicos do programa da Reação Republicana, defendia a regeneração da República. Nilo não só retomava ideias centrais defendidas desde o começo de sua carreira política, como a diversificação da agricultura e uma política econômico-financeira ortodoxa, mas também se engajava na defesa de novos pontos, como a reforma constitucional e o voto secreto para todos os cidadãos alfabetizados. Finalmente, criticava com vigor as distorções do federalismo, advogando uma representação mais igualitária dos estados no Congresso, que atenuasse a preponderância que a antiga divisão das províncias do Império havia determinado em favor das grandes unidades, e que tornava cada dia mais precário o equilíbrio da Federação.

Contudo, qualquer que fosse sua posição naquele momento, Nilo Peçanha não iria alterar sua sorte política. A Reação Republicana já estava completamente diluída, e as oligarquias dissidentes tentavam se rearticular com a situação dominante de forma a evitar as intervenções federais. Se a posição do Rio Grande do Sul garantiu o controle do estado para o Partido Republicano Rio-Grandense de Borges de Medeiros, a Bahia, Pernambuco e o estado do Rio de Janeiro sofreram alterações significativas nas suas políticas internas, com a troca dos grupos dominantes. Especialmente no estado do Rio, esse processo assumiria um caráter radical. A intervenção federal no estado desalojaria definitivamente os nilistas do poder, dando lugar à ascensão de um novo grupo político, liderado por Feliciano Sodré,

alinhado ao governo federal. O projeto de Nilo Peçanha, de articular um eixo alternativo de poder que neutralizasse as oligarquias dominantes, estava derrotado, e com ele também findava uma fase em que as oligarquias fluminenses ambicionaram um lugar de destaque no contexto da Federação brasileira.

Nilo Peçanha faleceu pouco tempo depois, em 21 de março de 1924.

*Marieta de Moraes Ferreira*

FONTES: CÔRTE, A. *Política*; FERREIRA, M. *Em busca*; FERREIRA, M. *República*; PINTO, S. *Correspondência*.